

O SOCIAL E O AMBIENTAL NAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS: EMBATES, DESAFIOS E INCERTEZAS

Orlando Moreira Junior¹

RESUMO

Apresentar algumas considerações a respeito da problemática sócio-ambiental nas cidades contemporâneas, apontando os embates entre as questões sociais e ambientais na produção, no planejamento e gestão do espaço urbano, cujo o ônus recai sobre partes da cidade apenas, a chamada cidade informal. Assim, discorre-se a respeito da emergência de um novo paradigma no planejamento e gestão urbana que procura integrar meios de solucionar os problemas sócio-ambientais nas cidades, de modo a produzir um espaço urbano socialmente equitativo e ambientalmente saudável.

Palavras-chave: Planejamento urbano; Gestão urbana; Cidade informal.

THE SOCIAL AND ENVIRONMENT IN CONTEMPORARY CITIES: CONFLICTS, CHALLENGES AND UNCERTAINTIES

ABSTRACT

This article presents some considerations concerning the social and environmental problems in contemporary cities, highlighting the clash between social and environmental issues in production, planning and management of urban space, where the burden falls on only parts of the city, the called informal city. Thus, it talks about the emergence of a new paradigm in urban planning and management that seeks to integrate resources to solve the social and environmental problems in cities in order to produce an urban socially equitable and environmentally healthy.

Keywords: Urban planning; Urban management; Informal city.

INTRODUÇÃO

Uma das características marcantes do século XX foi o intenso crescimento da população mundial como um todo, tendo ocorrido uma grande concentração de pessoas nas áreas urbanas. No Brasil o capitalismo industrial provocou fortes transformações no processo de urbanização e permitiu o nascimento, crescimento e desenvolvimento de muitas cidades. O Brasil, que até metade do século passado, era um país eminentemente rural passou por um acelerado processo de urbanização na última metade do século XX. O censo demográfico de 2000 (IBGE, 2001) apurou que 137 milhões de brasileiros vivem

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos (PPGEU-UFSCar), bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Endereço Postal: Rua José Inácio 966 - Vila Guanabara. CEP: 18300-502 - Capão Bonito/SP. E-mail: orlandomoreirajunior@yahoo.com.br

em área urbana representando 81,2% da população, com grande concentração populacional, principalmente, nas metrópoles.

A urbanização que acompanhou a industrialização do país arregimentou enormes contingentes de pessoas, num processo quase contínuo de crescimento da área urbana das cidades. O problema foi que houve no país um crescimento mais rápido do número e do tamanho das cidades do que da infra-estrutura, equipamentos e serviços que proporcionassem uma mínima condição de vida a todos os habitantes

Ademais, as cidades cresceram e continuam a crescer sem considerar as características naturais do meio, cujos resultados se refletem na qualidade de vida urbana. Nas grandes aglomerações urbanas, os atuais padrões de desenvolvimento tem resultado na degradação sócio-ambiental que aflige sobretudo as classes de menor poder aquisitivo. Como consequências do processo inadequado de crescimento populacional, Mota (1999) destaca, a falta de condições sanitárias mínimas em muitas áreas, ausência de serviços indispensáveis à vida das pessoas nas cidades, destruição de recursos de valor ecológico, poluição do meio ambiente, condições precárias de habitação.

As questões sociais tal qual as questões ambientais são problemas que se manifestam nas cidades devido o modo irracional e desigual de produção do espaço urbano, no qual os interesses econômicos se sobressaem em detrimento dos aspectos ambientais e sociais. Assim, o entrelaçamento dessas duas questões, social e ambiental, no processo de produção, planejamento e gestão do espaço urbano é o tema desta reflexão, visto que ainda há uma oposição entre as questões sociais e ambientais nas cidades. Para tanto, admitimos que nas configurações territoriais das cidades atuais, as desigualdades sociais e a degradação do meio físico estão intrinsecamente interligados.

A OPOSIÇÃO ENTRE AS QUESTÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Atualmente mais de 50% da população mundial vive em áreas urbanas. Assistimos a proliferação, de forma rápida e intensa, do fato urbano por mundo afora. Assim, uma das preocupações na atualidade é entender corretamente a cidade, o modo de sua (re) produção, afim de procurar mecanismos para a superação dos problemas que se manifestam no espaço urbano.

Como a produção do espaço urbano é um fenômeno contínuo, sempre em movimento, a cidade vai-se transformando à medida que a sociedade se metamorfoseia

(CARLOS, 2007). Para Castells (1983) o espaço urbano não está organizado ao acaso, e os processos sociais que se ligam exprimem o determinismo de cada tipo e de cada período de organização social. Percebe-se que essa acepção de espaço urbano de Castells está associada às práticas sociais no espaço.

Neste sentido, torna-se fundamental compreender, na análise da produção do espaço, a inexorabilidade da ação antrópica que produz e transforma o espaço no transcorrer do tempo. A cidade é uma obra espacial humana, ou seja, resultado da produção social do espaço, por meio das realizações humanas. Assim, uma abordagem da cidade a partir da produção espacial nos leva a uma melhor compreensão da realidade, pois procura explicar os padrões e eventos espaciais como produtos e processos estruturais da sociedade (GOTTIDIENER, 1997).

Vale ressaltar que tratamos aqui da cidade sob o viés do sistema capitalista. Desse modo, a sociedade produz espaço para atender as suas necessidades, visando segundo Carlos (1994), ao funcionamento perfeito do ciclo do capital e à produção humana. Como resultado, o processo baseia-se na superexploração do homem (*dumping social*) e do meio ambiente (*dumping ambiental*) como aponta Carvalho (2001).

A produção do espaço urbano se dá a partir e sobre um espaço já existente, o espaço natural. Portanto, na produção do espaço urbano tem-se um embate entre o espaço socialmente produzido e o espaço natural, visto que atualmente a urbanização não encontra limites específicos para sua expansão, ao ponto que mesmo os limites geográficos ou naturais são, muitas vezes, ultrapassados pelas técnicas e engenharias do homem, ou seja, a própria forma do chamado espaço natural se altera pela ação humana no espaço produzido, como a retificação ou canalização dos corpos d'água, os aterramentos, a terraplanagem, os cortes no relevo para construções, entre tantos outros exemplos.

O espaço urbano é produzido por agentes sociais concretos pertencente a iniciativa privada, ao poder público e à sociedade civil. Como a esfera privada utiliza de sua influência sobre a pública, a atuação desses grupos de atores sociais ocorre de modo a contribuir para a especulação no mercado de terras urbanas, acarretando na concretização das desigualdades no espaço intra-urbano. As questões sociais e ambientais, desse modo, ficam suprimidas no processo, pois o importante é atender as necessidades e interesses econômicos.

Assim, os atores urbanos produzem diferentes espaços para diferentes clientelas: por um lado para aqueles que podem pagar o preço pela terra urbana, tanto

nos grandes empreendimentos imobiliários realizados pela iniciativa privada, como os condomínios e loteamentos fechados, quanto nos empreendimentos realizados pelo Estado como os conjuntos habitacionais.

Em contrapartida, tem-se um grande percentual de indivíduos que não possuem renda e não podem pagar o preço da terra urbana, mesmo aquelas mais baratas. Como resultado ocorrem a invasão de áreas, geralmente públicas, que na maioria das vezes não poderiam ser ocupadas. Tem-se, assim, a proliferação de loteamentos clandestinos ou em casos mais precários a proliferação das favelas nas áreas urbanas.

Nesta direção, verifica-se a existência de uma cidade formal ou legal - nos termos utilizados por Maricato (1996, 2000) - na maior parte das vezes bem planejada, com bairros ricos, ruas arborizadas, avenidas largas, privilegiada por equipamentos e serviços, convivendo num mesmo espaço (a cidade) com uma cidade informal ou ilegal, composta pela periferia pobre, pelas favelas, pelos cortiços, enfim, áreas precárias, clandestinas, sem infra-estrutura adequada. Assim, há a consolidação da segregação urbana, caracterizada pela segregação induzida e pela auto-segregação urbana, um dos maiores dilemas da questão social nas cidades contemporâneas.

A cidade, portanto, é produzida segundo duas lógicas distintas: a social, do processo de apropriação do espaço por parcela da população sem condições financeiras; e a lógica econômica, que está a mercê dos interesses do capital imobiliário. Essa lógica de ordenamento territorial dá origem à uma formação sócio-espacial segregada e segregadora, pois privilegia parcela da população em detrimento da ampla maioria.

Ademais, a forma como a cidade é produzida não respeita o meio natural, acarretando em problemas que se tornam prejudiciais ao próprio homem, como por exemplo, as enchentes ou alagamentos resultado da impermeabilização e de ocupações próximas aos corpos d'água, ou ainda os deslizamentos de terras decorrentes da ocupação de áreas de risco como os morros e as encostas íngremes. O pensamento predominante no espaço urbano é o de se construir cada vez mais, não restando espaço para o natural, para o verde, enfim é um espaço limitado apenas à construção, tanto na escala do lote quanto na cidade como um todo.

O espaço natural não é respeitado nas ações antrópicas, o que resulta em desequilíbrios ambientais que cada vez mais são vistos como consequência da ação humana. Porém, é fato consumado que quem mais vai sofrer de perto com a degradação do meio físico no espaço urbano são os pobres, que vão conviver no dia-a-dia com a

feíura na paisagem urbana, com poluição e espoliação do espaço natural, afinal, a configuração urbana nas partes ricas da cidade ou mesmo nos condomínios e loteamentos fechados apresenta uma paisagem bela e próxima do ideal, ratificando uma diferenciação não apenas social na cidade, mas também uma segregação ambiental.

Utilizando-se do conceito de *apartheid* urbano-social-ambiental, Menegat e Almeida (2002), apontam que

As cidades constituem-se, assim, não apenas por mosaicos de segregação urbana-social, mas também de segregação em relação aos sistemas naturais, com consequente deterioração da qualidade de vida humana. (MENEGAT e ALMEIDA, 2002, p. 178)

As desigualdades e disparidades sócio-espaciais são visíveis aos olhos nas metrópoles e cidades grandes e médias. É possível perceber a existência de bairros com infra-estrutura impecável e com residências de luxo, coexistindo a curta distância, com bairros miseráveis, sem infra-estrutura sanitária, com problemas ambientais graves, com serviços públicos (de saúde, educação e segurança) deficientes.

Diante disso, podemos pensar a oposição entre o social e o ambiental nas cidades a partir da voracidade da ação antrópica sobre o espaço natural, que o modifica e o desconstrói, desconsiderando e ultrapassando o meio físico nas suas realizações espaciais de conquista do espaço, na qual o social e o ambiental ficam submetidos aos interesses econômicos.

OS DESAFIOS SÓCIO-AMBIENTAIS E A CIDADE INFORMAL

Diversos são os problemas que se manifestam no espaço urbano, tornando-se verdadeiros desafios a serem superados. Para melhor compreender esses problemas temos que ter em mente que as cidades são produzidas à luz de grandes interesses estratégicos, que variam no tempo e no espaço.

Tratamos aqui da cidade sob o viés capitalista. Logo, temos nas cidades a mercantilização do solo urbano, pautado nas regras do mercado imobiliário, resultando em disputas por diversos e diferentes usos no espaço intra-urbano. Contudo, poucos podem pagar por seu preço. Daí um dos principais problemas nas cidades contemporâneas: o chamado *déficit* habitacional.

Castro (2000) assinala que a especulação sobre a terra urbana representou para a população de menor renda morar em loteamentos clandestinos, em favelas ou em cortiços, visto que o acesso a terra urbana por meio do mercado formal e legal é

inacessível para uma grande parte da população. No caso brasileiro, a gênese do problema, no entanto, está ligado à característica econômica, em sua essência concentradora - de renda, de terra e poder (MARICATO, 1996) -, logo, produtora de grande desigualdade.

O alto grau de concentração nas mãos de poucos torna a habitação um bem cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos comprar um imóvel (CORREIA, 1995). Desse modo, tem-se a idéia de haver um *déficit* habitacional quando na verdade há um grande percentual de imóveis ociosos. Sobram imóveis desocupados e sub-utilizados, mas faltam moradias; um genuíno paradoxo nas cidades contemporâneas. Há, na verdade, um *déficit* quantitativo e qualitativo de políticas habitacionais consistentes, daí a emergência de movimentos sociais urbanos preocupados com a questão da habitação, como o MSTC (Movimento Sem Teto do Centro) e o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), entre tantos outros.

Uma das expressões da questão habitacional no espaço urbano é a chamada cidade informal, que associa o fenômeno da expansão urbana ao da exclusão social. A cidade informal multiplicou-se com taxas muito superiores ao da cidade formal, na qual as questões sócio-ambientais adquirem maior visibilidade na cidade informal, como problemas de insalubridade, de saúde pública, muitas vezes decorrentes da deficiência dos sistemas de saneamento urbano, seja no que diz respeito ao abastecimento de água, a coleta e tratamento de esgoto, a coleta e disposição de resíduos sólidos ou mesmo à drenagem urbana.

Ademais, as políticas de investimentos nacionais tem por costume privilegiar as classes mais abastadas, como assinala a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (BRASIL, 2004), afirmando que a expansão da cobertura do saneamento ambiental se deu de forma regressiva tanto do ponto de vista social quanto regional, pois concentrou os serviços na população e nas regiões de maior renda. O problema é que isso ocorre não apenas na área do saneamento, mas em diversos setores urbanos.

A concentração de investimentos nas áreas de maior renda, bem como os problemas ligados à habitação, à mobilidade urbana, à segregação sócio-espacial, à violência, à ausência de infra-estruturas, à insuficiência do saneamento e ao descaso com a saúde são desafios que se materializam no espaço urbano como um todo, contudo esses entraves afetam mais diretamente os habitantes da chamada cidade informal. São os excluídos da cidade formal que vão enfrentar no dia-a-dia os danos provocados por erosões, enchentes, deslizamentos, etc., o que nos remete a pensar que dentre os

principais problemas das cidades contemporâneas estão os de caráter sócio-ambiental, ou seja, aqueles que englobam o social e o ambiental enquanto duas dimensões intrinsecamente interligadas.

Se a proliferação da cidade informal ou ilegal ocorre por meio da invasão de áreas impróprias ou consideradas de risco para a ocupação humana acarretando em destruição indiscriminada de mananciais, florestas e áreas protegidas (como as APP e APA, por exemplo) e na contaminação do aquífero freático ou das represas de abastecimento de água por exemplo, poderíamos, previamente, atribuir os problemas sócio-ambientais como consequência da consolidação da cidade informal ou ilegal, caracterizada pelas invasões de terras, pelos loteamentos irregulares e pelo favelamento. Ocorre que não é bem assim, os problemas sócio-ambientais são de natureza estrutural, expressão das desigualdades presentes na sociedade, na forma como esta se organiza.

O modo como a cidade se expande sem precedentes, influenciada pelo jogo especulativo do mercado de terras, influência nas transformações da paisagem urbana, que se altera desrespeitando aspectos ambientais. O espaço é considerado como suporte físico ou recurso, em que as diferentes formas de ocupação refletem o momento histórico, econômico e social.

Portanto, o espaço e suas configurações apresentam o fruto da dinamicidade entre os processos físicos e os agentes sociais atuantes, que ocorrem de modo contraditório e dialético.

Vejamos o exemplo da urbanização ilegal junto aos cursos d'água. Com a invasão da Área de Preservação Permanente (APP), há uma degradação da mata ciliar e conseqüentemente um intenso processo erosivo de suas margens com a deposição de sedimentos, agravando o assoreamento dos leitos d'água. O problema de assoreamento é geralmente agravado pela movimentação de terras que antecedem as obras de construções. Ainda, devido à proximidade, pode ocorrer mais intensamente lançamento de dejetos urbanos sem tratamento, ademais o sentido dos traçados das ruas, podem facilitar o escoamento concentrado das enxurradas, intensificando o carregamento de sedimentos e substâncias tóxicas.

Neste sentido, fica claro a forma como o espaço é produzido, sem atender as normas de um planejamento urbano eficiente e sem o exercício do controle e da fiscalização por parte dos gestores urbanos engajados em atender as normatizações ambientais urbanísticas, tem gerado uma cidade onde as contradições se acirram em sua totalidade.

As ações antrópicas desenvolvidas no espaço urbano agravam a problemática sócio-ambiental e expõem a necessidade de se pensar em um planejamento e uma gestão ambiental urbana como meio de enfrentar os desafios presentes na paisagem urbana contemporânea, a fim de superar a sobreposição dos valores econômicos e políticos aos ambientais, antagônicos ao processo da chamada sustentabilidade ambiental.

A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO AMBIENTAL NO PLANEJAMENTO E NA GESTÃO URBANA

A urbanização é um dos meios mais impactantes no meio ambiente. O embate entre o espaço socialmente produzido *versus* espaço natural nas cidades emerge como maior desafio para os profissionais e especialistas preocupados com as questões social e ambiental.

Ao se pensar o planejamento e gestão do espaço urbano devemos ter em mente que o processo de urbanização não está separado dos processos naturais e que as nossas ações no espaço acarretam em consequências diretas visíveis na configuração do espaço urbano.

O tratamento da questão ambiental é hoje o maior desafio para o planejamento e gestão urbana. Mota (1999) afirma que o planejamento urbano tem sido feito considerando critérios sociais e econômicos principalmente, mas muito pouco tem sido realizado sob o aspecto ambiental. Atender as necessidades do capital sempre esteve em primeiro plano nas agendas dos governos, seja na escala municipal, estadual ou federal. A chamada questão social no meio urbano também tem um espaço reservado nas agendas de governos; os problemas sociais, desde muito, permeiam as discussões acadêmicas e os discursos políticos, norteados desse modo, o planejamento e a gestão das cidades.

Contudo, nas últimas décadas, a preocupação ambiental começa a ganhar alto grau de importância ao se tratar do planejamento e gestão do espaço urbano, visto que os problemas ambientais se intensificam, principalmente nas grandes e médias cidades.

Topalov (1986) afirma que a angústia da catástrofe ecológica veio substituir a questão social, caracterizando uma mudança de paradigma do planejamento urbano. Consoante o autor, este novo paradigma coloca o meio ambiente como problema central

em torno do qual todos os discursos e projetos sociais devem ser reformulados para serem legítimos.

Desse modo, há uma mudança de paradigma no planejamento e na gestão do espaço urbano ambiental, a partir do qual se redefine a relação homem e natureza, no qual o objeto sociedade deixa de estar no centro do discurso para ficar incluída em um outro, a natureza (TOPALOV, 1986).

Daí se pensar não apenas em se realizar uma gestão urbana mas uma gestão ambiental urbana, visto que as desigualdades sociais e a degradação ambiental na cidade caminham lado a lado, cujo ônus se recai sobre a população menos favorecida que convive em seu dia a dia num ambiente urbano de qualidade precária.

Os problemas sócio-ambientais devem ser considerados em simetria, cujo objetivo maior é proteger a natureza, na qual a sociedade se inclui. Isto pode ser resumido de forma sintética a partir de uma colocação feita por Topalov (1986) a respeito do problema da habitação, quando diz que o problema já não é do acesso normalizado a esse bem, mas o da proteção dos lugares. Um exemplo didático seria refletir a respeito da ocupação nas proximidades da represa Billings, na região metropolitana de São Paulo, a partir da qual poderíamos nos perguntar: *o que é mais importante, resolver os problemas da questão social ou da questão ambiental no meio urbano?!*

Os problemas de cunho ambiental há tempos já é tema de preocupação por parte de pesquisadores e acadêmicos, porém a partir da Agenda 21, principal resultado da conferência Eco-92, ocorrida no Rio de Janeiro, no qual os países assumiram o compromisso de refletir, global e localmente, a respeito de soluções para os problemas sócio-ambientais, as preocupações com a temática se ampliaram. Daí a adoção e proliferação do termo sustentabilidade, a partir do qual o planejamento urbano tal qual a gestão urbana tendem a se desenvolver de modo a auferir a chamada sustentabilidade urbana.

Consoante Menegat e Almeida (2002) a gestão ambiental integrada é condição imperativa para o gerenciamento do sistema urbano-social-ambiental em termos de sustentabilidade. A saber, as quatro esferas que para os autores devem estar integradas são: 1 – a do conhecimento da dinâmica do ambiente local e global; 2 – a gestão urbana-social-ambiental pública, envolvendo as esferas da sociedade e da economia; 3 – a educação e informação que são processo de enculturação para a sustentabilidade; 4 – a participação dos cidadãos, base de um sistema de governo democrático.

Nesta direção o planejamento urbano descomprometido com a realidade, com os problemas sócio-ambientais, com a luta pela vida e pelo espaço e com as práticas espaciais urbanas não goza de meios efetivos na meta de conduzir as cidades no percurso do desenvolvimento sustentado.

O planejamento urbano preocupado com o sócio-ambiental, com as injustiças, com a exclusão, não se mostram em simetria com a realidade das cidades brasileiras. Sob esse viés podemos aludir ao que Maricato (2000) inferiu de idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias ao pensar o planejamento nas cidades brasileiras, pois as idéias encontram-se fora do lugar a medida que as políticas e planos para o ordenamento territorial estão voltados apenas para a cidade legal, não contemplando a cidade ilegal, o que nos remete a pensar que o lugar, onde se encontra as parcelas menos abastadas dos cidadãos, está fora das idéias na efetivação do planejamento no Brasil.

Assim, há uma ordem que se aplica apenas a parcela da cidade, a cidade formal ou legal, ratificando a produção de desigualdades e de distribuição injusta de privilégios, ao mesmo tempo em que se valoriza parte da cidade em detrimento de outras.

A preocupação com a dimensão ambiental é sucumbida também, pois a cidade (real) não é vista em sua totalidade, que é o único meio de reconhecer os problemas do complexo urbano-social-ambiental.

O mérito do novo paradigma do planejamento está na emergência dos aspectos sócio-ambientais, ao passo que incorpora a dimensão ambiental como um componente básico da elaboração do plano (EGLER, 1998). Configura-se, portanto, como um meio de compreender o lugar da cidade na natureza e do homem na cidade. A emergência contemporânea das questões para ser efetiva requer novas racionalidades urbanísticas que se comprometam com o equilíbrio ambiental vinculado ao planejamento urbano. Para tanto, exige adotar princípios amplos, de cunho sócio-ambiental, como os privilegiados pela Agenda 21, que aborda as dimensões sociais e econômicas, a conservação e o gerenciamento dos recursos para desenvolvimento (LIMA e MENDONÇA, 2001).

Uma nova perspectiva de gestão urbana ambiental emerge nas cidades com objetivo de melhorar a qualidade de vida urbana ao mesmo tempo em que prioriza evitar os danos e impactos ambientais. Novos instrumentos de gestão urbana ambiental como os Atlas Ambientais, a Agenda 21 local, a Agenda Habitat, o Zoneamento Ambiental, os Estudos de Impactos Ambientais e os Estudos de Impactos de Vizinhança são meios a

partir dos quais se podem almejar um desenvolvimento urbano mais equitativo e sustentável, no qual se amplia a participação dos cidadãos efetivando a gestão democrática e participativa de todos aqueles que habitam o espaço urbano.

Nesta direção o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, estabelece normas gerais em relação a uma série de instrumentos urbanísticos, que apesar de ligadas mais diretamente ao campo do direito urbanístico apresentam instrumentos de proteção não apenas do espaço construído, mas também do espaço natural. Com objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, o Estatuto da Cidade preza por uma política urbana que engloba quatro grupos de propósitos principais: promover a gestão democrática das cidades; oferecer mecanismos para a regularização fundiária; combater a especulação imobiliária; e, assegurar a sustentabilidade ambiental, social e econômica dos núcleos urbanos.

Pensar a cidade a partir das dimensões sociais, econômicas, físico-espaciais e ambientais requer, portanto, habilidades de planejamento e gestão, de forma a gerar espaços urbanos democráticos, onde se preza pela justiça social tal qual pela justiça ambiental. Refletir a partir da problemática sócio-ambiental urbana é um meio através do qual podemos pensar em um espaço harmônico desejável, a fim de procurar caminhos para superar os embates e desafios entre as questões sociais e ambientais, tanto na produção do espaço quanto no que diz respeito aos projetos de intervenção atrelados ao planejamento e gestão urbano ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de desenvolvimento tem conduzido irremediavelmente a uma situação de degradação ambiental nas cidades contemporâneas. A cidade reproduz o avançado estágio de artificialização das relações entre o homem e a natureza. A degradação do meio natural, um dos produtos deste distanciamento, revela a forma de apropriação e de dominação da natureza desenvolvida pelas realizações humanas. A degradação ambiental decorre de acontecimentos sem nenhum comprometimento com quaisquer noções sérias de planejamento urbano.

São nas áreas de exclusão da cidade que a população vai sofrer com a degradação sócio-ambiental, estando mais vulnerável a um conjunto de problemas. Daí a importância de se considerar no planejamento e projeto territorial, não apenas os problemas de natureza social, mas também os de natureza ambiental.

Se o social e o ambiental nas cidades contemporâneas apresentam diversos embates e desafios a serem superados, há de se admitir que ultrapassar esses entraves por meio da emergência de um planejamento e gestão urbana ambiental ainda apresenta-se como uma incerteza em nossa realidade urbana.

Primeiramente, devido a atual ideologia urbana na qual cada vez mais se desconstrói a cidade, ao passo que as construções se tornam obsoletas num curto espaço de tempo. A compressão do tempo e do espaço é tão violenta que tudo na cidade muda muito rapidamente, dificultando em pensar os planos e projetos a longo prazo.

Segunda incerteza é devido a escala de atuação, apesar da preocupação ambiental ser a nível do planeta, as ações são realizadas localmente. Porém, pensando o caso das cidades brasileiras, a descentralização política, a partir da Constituição de 1988, poderia se transformar num problema para efetivação dessa nova ordem proposta, ao passo que, o Brasil é um país com dimensões continentais, há uma grande heterogeneidade nacional e diversas especificidades regionais e locais. Ademais, amplo percentual dos municípios brasileiros apresentam população inferior a 50 mil habitantes e perfazem uma ampla extensão do território nacional, além de se tratar, em sua ampla maioria, de municípios extremamente pobres, poucos recursos que possam suprir as demandas necessárias as mínimas atividades sociais e urbanas da população. Junta-se o fato de que, em muitos destes municípios, o universo urbano não superou algumas características dos períodos colonial e imperial, marcados pela concentração de terra, renda e poder, pelo exercício do coronelismo ou política do favor e pela aplicação arbitrária da lei como aponta Maricato (2003).

E por fim, mas não por último, a contradição existente entre prática e ação, no que tange os instrumentos de gestão ambiental urbana, visto que nem sempre há técnicos capazes de empregar com sucesso os instrumentos urbanísticos. Ainda, poderíamos sugerir o abismo existente entre o conhecimento científico e a capacitação técnica, no qual não há interlocução entre ambas, como o fato de muitas cidades possuírem centros acadêmicos onde diversas pesquisas científicas sobre a cidade ou a região são realizadas, e não é aproveitada ou incorporada aos planos e projetos dos governos locais por exemplo, fazendo com que o conhecimento científico, na maioria das vezes, seja apenas (re) produzido dentro dos muros da Universidade.

Contudo, é importante ressaltar que se, por um lado, há diversas incertezas a cerca do planejamento e gestão urbana ambiental nas cidades contemporâneas, por outro, o planejamento e gestão urbana sob o viés da sustentabilidade pode emergir como uma forma de colocar as idéias no lugar, parafraseando Maricato. Nesta direção, retoma-

se o olhar para a cidade real no processo de tomada de decisões, na qual deve-se reapeitar tanto as questões sociais quanto as questões ambientais das cidades, afinal se em sua gênese a urbanização aparece como superação do meio natural, agora ela procura incorporá-la.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Política Nacional De Desenvolvimento Urbano. **Cadernos Mcidades**. Brasília, 2004.

BRASIL. Lei no. 10257 de 10 de Julho de 2001. **Estatuto da Cidade**. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

CARLOS, A. F. **A (re) Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

_____. **A. O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CARVALHO, P. F. de. Problemas ambientais na produção da cidade e da habitação de interesse social. In: CARVALHO, P. F. de; BRAGA, R. (orgs). **Perspectivas de Gestão Ambiental em Cidades Médias**. Rio Claro: UNESP/IGCE/Laboratório de Planejamento Municipal/ DEPLAN, 2001, p. 27 – 37.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, C. M. P. O estatuto da cidade e ampliação do acesso à moradia. In: BRAGA, R.; CARVALHO, P. F. (orgs). **Estatuto da cidade: política urbana e cidadania**. Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal – DEPLAN – UNESP – IGCE, 2000, p. 31 – 40.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

EGLER, C. A. G. La aplicación del concepto de sustentabilidad en la planificación: aportes metodológicos preliminares. **Ciência e Ambiente**, 15, Santa Maria, 1998. pp 51-64.

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Brasília, 2001.

LIMA, C. A.; MENDONÇA, F. Planejamento urbano-regional e crise ambiental: Região Metropolitana de Curitiba. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, 2001. p. 135 – 143.

MARICATO, E. **Metrópole na Periferia do Capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121 – 192.

_____. **Metrópole, Legislação e Desigualdade**. **Estudos Avançados**. v. 17, n. 48, p. 151 – 157, out./dez. 2003.

MENEGAT, R.; ALMEIDA, G. Sustentabilidade, democracia e gestão ambiental urbana. In: _____. **Sustentabilidade e democracia: elementos para uma estratégia de gestão ambiental urbana no Brasil**. Porto Alegre: ANAMMA, 2002, p. 175 – 195.

MOTA, S. **Urbanização e meio ambiente**. Rio de Janeiro: ABES, 1999.

TOPALOV, C. Do planejamento à ecologia: nascimento de um novo paradigma de ação sobre a cidade e o habitat? In: **Cadernos IPPUR**, Ano1, nº 1, Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, jan/abr 1986.